

FREI BETTO

O Brasil descobre o Brasil

Duas imagens marcam as comemorações – no sentido de fazer memória – dos 500 anos: o índio Gil do Jorge Terena ajoelhado diante da truculência da polícia baiana e os pataxós ocupando a missa concelebrada pelos bispos brasileiros.

O governo FHC teve cinco anos para preparar as comemorações. Gastou mais de R\$ 100 milhões. E o fiasco está simbolizado no fracasso da réplica da nau capitânia, encalhada no porto de Aratu. No entanto, comemorou-se a réplica do desembarque da frota de Cabral. Ou alguém acredita nas imagens idílicas das pinturas de Vítor Meireles? A ter em conta o que Pedro Vaz de Caminha enfrentou nas Índias, após deixar o Brasil, a frota cabralina desembarcou aqui como FHC e seus ministros em Porto Seguro: muita pauleira, para manter a gentilha à distância.

O sociólogo FHC escreveu, em 1977, que é o Estado que forma a sociedade civil brasileira. Não se deu conta o presidente de que a realidade desmente o sociólogo. Nos últimos 40 anos, a sociedade civil articula-se a partir dos movimentos populares, de baixo para cima, à margem e em conflito com o Estado dominado pela oligarquia. Pastorais sociais, Central de Movimentos Po-



Os 500 anos serviram para trazer ao banquete dos vencedores o grito dos vencidos

pulares, MST, CUT, CPT, Cimi e tantas outras entidades, como as que representam os movimentos indígena e negro, tecem a malha da qual emerge o efetivo exercício do direito de cidadania.

A imagem do presidente sitiado por suas próprias tropas na ilha de Comanduba e, em seguida, em Porto

Seguro revelou significativamente a largura e a profundidade do fosso que há entre governo e Nação. Em nenhum momento a Nação foi convocada para debater um programa comum de comemorações. Ao contrário, o desprezo pela Nação traduziu-se, ao início dos festejos, na destruição do monumento indígena em Cabralia.

A Igreja Católica, pela voz dos bispos, pediu perdão por seus graves pecados cometidos contra indígenas e negros. E vem-se penitenciando, na prática, pelo apoio aos movimentos populares. O cardeal Angelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano e amigo pessoal do ex-ditador Augusto Pinochet, pretendeu "despolitizar" o modo como a Igreja comemorou os 500 anos. Ao chegar ao Brasil, porém, fez-se receber pelo presidente da República. Teriam os caciques indígenas acolhido com alegria uma visita do cardeal. Felizmente, os pataxós tomaram a iniciativa e, ao contrário da missa de

frei Henrique de Coimbra, conquistaram vez e voz. Naquele altar, ignorar a presença indígena seria uma contradição com o sentido da própria missa, sacrifício redentor de Cristo.

Há 330 mil indígenas, hoje, no Brasil, divididos em 215 povos, que falam 186 idiomas diferentes. Isso faz deste país, talvez, o mais rico do mundo em diversidade cultural. O governo reconhece oficialmente 594 terras indígenas, das quais, em desrespeito à Constituição, apenas 279 estão registradas no Departamento de Patrimônio da União. Restam 315 por demarcar e homologar.

Aliás, desde 1973, pela Lei 6.001, o governo está obrigado a demarcar todas as áreas indígenas. E a Constituição de 1988 deu prazo de cinco anos para que as demarcações fossem concluídas. Passados 12 anos, a maioria das áreas indígenas enfrenta pendências administrativas e judiciais, e sofre invasões e violências.

Agora, o governo culmina sua desastrosa comemoração dos 500 anos encaminhando ao Congresso o projeto do novo Estatuto do Índio. Hoje, os povos indígenas são tutelados pelo Estado. O projeto visa acabar com a tutela e conceder ao índio pleno direito de cidadania, exceto às tribos em fase de aproximação com os brancos.

Ora, cidadania supõe direitos e deveres. Não se pode destituir os índios sabendo que deles é impossível exigir deveres como do restante da Nação. Eles têm outra cultura, outra lógica, outros valores. E, como demonstrou Lé-

vi-Strauss, não constituem uma etapa primitiva da escala civilizatória nem são "retardatários" em relação à cultura européia. São nações próprias, dotadas de identidades singulares, porém desprovidas de meios de defesa contra a barbárie da sociedade que idolatra o lucro e tem no mercado seu totem mais sagrado. Retirar dos povos indígenas a tutela do Estado é abrir caminho para que a polícia, tanto a oficial quanto a jagunceira, torne sistemático o que ocorreu em Porto Seguro. É transformar a Funai em Funerária Nacional dos Índios.

Os 500 anos serviram para trazer ao banquete dos vencedores o grito dos vencidos. O general Alberto Cardoso lamentou que, nesta festa de aniversário, nem todos os familiares se tenham comportado bem. Esqueceu-se de que nem todos os familiares foram convidados, mas se sentiram no direito de participar. A violência com que o governo tratou, em Porto Seguro, os movimentos indígena, negro e popular é o retrato fiel do que a oligarquia fez com o povo brasileiro nestes 500 anos.

Segundo a nova sociologia fernandista, a democracia é o melhor dos regimes. Desde que o povo seja mantido à distância e os movimentos sociais, tratados pelo figurino da ditadura militar.

O positivo de tudo isso é que, agora, o Brasil descobre o Brasil.

Frei Betto, escritor, é autor, em parceria com Emir Sader, de *Contraversões: Civilização ou Barbárie na Virada do Século*, que a Boitempo Editorial faz chegar às livrarias esta semana